

DISCURSO DE POSSE DA ABMCJ

ELIANA CALMON ALVES

Ministra do Superior Tribunal de Justiça

Engalana-se a Associação das Mulheres de Carreira Jurídica do Distrito Federal na data de hoje, ao receber em seu quadro de associadas dezenove profissionais da área jurídica, enriquecendo-se qualitativamente com mulheres que conseguiram abrir caminho em uma sociedade que nos aceita como profissionais, mas que ainda nos exige coerência de comportamento incompatível com nossos encargos.

Falar hoje, e neste espaço de sociedade desigual pelo gênero, pode parecer tão distante para nós como estão a burka e o xador. Mas não podemos fechar os olhos e fazer ouvidos moucos para uma alarmante estatística de exclusão social das mulheres, indicativo que nos mostra o quanto estamos longe de consolidar o sistema democrático.

Sob o enfoque formal não há queixas. Temos direitos iguais, constitucionalmente garantidos; organismos internacionais que apóiam e incentivam as políticas públicas tendentes a diminuir as desigualdades; as ONG's feministas que se multiplicam em defesa dos mais diversos segmentos de mulheres que avançam na vida política, invadem as universidades e o mercado de trabalho.

Entretanto, não basta a outorga de direitos. É necessário criar condições para que se tenha acesso a esses direitos. E é exatamente neste ponto que nós, mulheres profissionais e bem sucedidas, devemos assumir papel mais agressivo no combate à desigualdade.

Sem muita especulação sabe-se que o percentual de agressão física contra mulheres está na faixa dos 45% (quarenta e cinco por cento), se contadas as ameaças, insultos, danos pessoais e assédios, debitando-

se o alarmante índice a causas sociais, nesta ordem: desemprego, alcoolismo, desassistência estatal e má-formação familiar.

A causa nos conduz a uma difícil questão: a política econômica concentradora de riqueza, exclusivista, globalizada e sofisticadamente oculta, quase imperceptível, escondendo um jogo entre homens e mulheres, onde uns são lançados contra os outros.

Nesta disputa a mulher sofre, propositadamente desqualificação pelo gênero, com direto reflexo no seu preço de operária.

Segundo dados deste ano, divulgados pelo do IBGE, constituem as mulheres 40% (quarenta por cento) da força de trabalho, com presença no setor de prestação de serviços de quase nove milhões. E, mercê destes números, a realidade é que o trabalho da mulher representa apenas 60% (sessenta por cento) do valor do trabalho masculino.

Por ironia da natureza, a maternidade, uma das maiores alegrias da mulher, é um dos fatores de desqualificação do competitivo mercado de mão-de-obra barata e de subemprego.

É neste campo de exclusão, de disputa desigual e de desorientação social, que devemos ingressar, para melhorar o nível das companheiras.

Somos hoje 56% (cinquenta e seis por cento) de presença nas universidades e este indicativo nos dá a certeza de que teremos, a cada ano, mais associadas, mais companheiras para, juntas, estendermos as mãos para aquelas que, por um mero acaso, não tiveram a oportunidade de emergir nesta sociedade desigual.

O papel desta associação, que hoje recebe ministras, procuradoras, delegadas, defensoras públicas, advogadas e assessoras, é direcionar o nosso agir como o de componentes de um só corpo, de um só

grupo que objetiva, por seu turno, o fortalecimento da participação das mulheres nas políticas públicas, com a ética que as fazem merecedoras da confiança da sociedade brasileira, considerando a experiência ancestral de quem tem sido, historicamente, campeãs da exclusão, embora por uma quase magia do gênero, não desistam, não desanimam e não se cansam na procura do reconhecimento e na luta para ser feliz.